

AS RELAÇÕES LESTE-OESTE NA ERA GORBATCHEV

por
LUIS ANDRADE *

Não restam dúvidas de que uma das várias questões que está a despertar a atenção da opinião pública mundial prende-se com a nova política que está a ser posta em prática pelo líder soviético Mikhail Gorbatchev, e que é conhecida por «glasnost» (abertura).

Este artigo visa sobretudo analisar, de uma forma necessariamente sucinta, o relacionamento bilateral entre as duas maiores potências mundiais, sem descurar, por outro lado, e sempre que seja possível fazê-lo, as reacções europeias a este novo processo que se iniciou recentemente na URSS.

Entendemos, porém, dado o interesse que tal problemática parece suscitar, fazer uma pequena introdução às relações entre o Ocidente e o Leste desde o final da Segunda Guerra Mundial, a fim de melhor compreendermos as questões que são abordadas posteriormente.

* Assistente Estagiário da Universidade dos Açores.

As relações Leste-Oeste pós-1945

Independentemente da bipolarização das relações internacionais ocorrida no pós-guerra, as relações sovieto-norte-americanas têm conhecido períodos de maior e menor tensão.

Como é sabido, enquanto a grande maioria das tropas aliadas retiraram da Europa após o termo da Segunda Guerra Mundial, as soviéticas permaneceram na sua quase totalidade.

O resultado inevitável foi o auxílio aos partidos comunistas dos vários países que hoje constituem a Europa do Leste e a sua conquista do poder. Assim sucedeu na RDA, Polónia, Checoslováquia, Hungria, Roménia, etc. É o período que é conhecido por «guerra fria», o qual, muito embora vários observadores sustentem que tenha terminado, o facto é que continuamos a viver num mundo bipolar, dominado fundamentalmente pelos EUA e URSS.

Enquanto na Europa as fronteiras entre o Leste e o Ocidente se encontram perfeitamente delimitadas, o mesmo não acontece no Terceiro Mundo, e os exemplos disso são numerosos.

Sem querermos ser exaustivos, gostaríamos de citar alguns acontecimentos recentes no âmbito das relações entre o Ocidente e o Leste que indiciam o incompleto desanuviamento entre as duas superpotências e os seus respectivos blocos.

Deste modo, em anos recentes, tiveram lugar alguns eventos que entendemos importantes no que se prende com essa matéria, como por exemplo a invasão do Afeganistão pela União Soviética em Dezembro de 1979 e a de Granada pelos Estados Unidos em Novembro de 1983, entre muitos outros casos que envolveram ou envolvem directa ou indirectamente as duas superpotências.

No que diz respeito ao Afeganistão, não restam dúvidas de que a URSS provou mais uma vez ao mundo que não

admite, nem nunca admitirá, que um país com o qual tenha fronteira comum opte por um regime político que não se coadune com a sua ideologia marxista-leninista e que possa, de alguma forma, ameaçar ou pôr em risco a sua segurança interna.

Tal como foi referido, o mesmo se tinha verificado com os países que hoje constituem a Europa do Leste. Para além disso, um outro aspecto que é fundamental ter-se presente ao analisarmos esta problemática é, sem dúvida, a necessidade da URSS encontrar saídas para o mar.

O caso afegão, porém, trouxe um outro problema à URSS. Era preciso controlar de alguma forma a expansão do fundamentalismo islâmico naquela região e particularmente na zona meridional do seu território.

Como é sabido, grande parte da população soviética naquela área é muçulmana, o que, obviamente, poderia suscitar problemas graves ao Kremlin, se tal fenómeno não fosse controlado.

Por outro lado, os Estados Unidos concedem ajuda aos «mujahedins» que lutam contra o regime pró-soviético de Kabul, facto que dá razão de ser à chamada «area globalist approach». Isto é, qualquer tensão ou conflito que ocorra num país do Terceiro Mundo (como foi o caso também nas ex-colónias portuguesas, nomeadamente em Angola), este é atribuído imediatamente ao conflito Leste-Oeste. É evidente que nem sempre essa perspectiva é a mais adequada ou mesmo correcta. A denominada «area specialist approach» é igualmente pertinente sem qualquer dúvida.

Esta última defende a tese de que tem de se ter em conta as especificidades próprias de um país ou região a fim de se poder tentar equacionar os motivos do conflito ou tensão.

E isto foi sintomático em África e na Ásia.

Naquele continente, a divisão arbitrária de fronteiras delineadas pelas potências coloniais europeias contribuiu de uma forma decisiva para se criarem situações de con-

flito quase permanentes, originando muitas vezes que indivíduos pertencentes à mesma tribo fossem incluídos em países diferentes.

No continente asiático passou-se o mesmo aquando da descolonização europeia, nomeadamente britânica e francesa. Lembremo-nos, por exemplo, dos casos da Índia, Paquistão e do Vietname.

O que interessa, porém, que aqui fique claro, é o facto de que qualquer das duas superpotências têm «esferas» ou áreas de influência através do globo das quais não prescindem.

Foi igualmente o que aconteceu na ilha de Granada em Novembro de 1983.

Os EUA sentiram-se ameaçados com o facto de o governo daquela ilha das Caraíbas estar a construir um aeródromo que era considerado sobredimensionado para as suas necessidades. Consequentemente, entendia a administração norte-americana que viessem a ser os soviéticos a utilizá-lo, facto que se se viesse a concretizar, alteraria o «status quo» naquela área muito sensível para os E. U. A.

Isso mesmo motivou a intervenção deste país, tendo a sua administração alegado que não permitiria que fossem «cedidas facilidades» à URSS numa área do seu tradicional controlo.

A mesma conclusão poder-se-ia chegar no que concerne à Nicarágua.

O governo sandinista de Manágua não é bem visto por Washington, na medida em que é acusado por este de ser um elemento perturbador na América Central, contando para o efeito com o apoio cubano e soviético nos planos económico e militar.

Daí o facto dos norte-americanos estarem a ajudar os «contras» nicaraguenses na sua luta contra os sandinistas.

Portanto, o que podemos constatar é que a vida internacional contemporânea, não obstante ser cada vez mais

interdependente e, por consequência, mais complexa, não deixa de ser bipolar em muitos aspectos.

As relações Leste-Oeste na era Gorbatchev

Uma das diferenças mais significativas entre o actual líder soviético e os seus antecessores reside no facto de Mikhail Gorbatchev ser consideravelmente mais novo, imprimindo, obviamente, uma nova dinâmica à sua actuação tanto a nível interno como externo.

No plano interno, uma das suas primeiras iniciativas prendeu-se com o combate ao alcoolismo, um dos principais problemas sociais com que se debate a URSS.

Por outro lado, e não obstante as resistências internas por parte de vários elementos da velha guarda no Politburo, o Sr. Gorbatchev tem vindo a conseguir liberalizar gradualmente a economia do seu país. No concernente à indústria, por exemplo, é patente o seu esforço em melhorar a sua produtividade e gestão, por forma a torná-la mais eficaz e, por consequência, mais rentável¹. Em 1985, a produtividade dos trabalhadores industriais soviéticos representava apenas 50 a 60% do nível atingido pelos seus congéneres norte-americanos, enquanto a produtividade agrícola atingia apenas 20 a 25% do nível norte-americano².

E isto é importante, na medida em que uma parte substancial do PIB soviético (15 a 17%) é canalizado para a indústria militar, o que significa que a esmagadora maioria do povo da URSS se veja confrontada com problemas graves no que diz respeito aos bens de consumo essenciais.

Sendo a União Soviética o maior país do mundo com um número considerável de nacionalidades diferentes, a tarefa do Sr. Gorbatchev é, no mínimo, ciclópica.

¹ Ver «Time», 9 de Setembro de 1985, n.º 36, pp. 10-17.

² «Newsweek», 25 de Março de 1985, n.º 12, p. 13.

Até ao momento, não existem de facto motivos suficientes para se ser muito optimista ou muito pessimista, como afirmou recentemente o Embaixador norte-americano, Max Kampelman³, no que concerne à recente abertura que se tem vindo a operar na URSS. É necessário, segundo aquele diplomata, esperar-se mais algum tempo a fim de podermos chegar a uma conclusão sobre o assunto.

No entanto, uma coisa é certa: tudo leva a crer que Mikhail Gorbatchev está a dar início a uma nova era tanto na vida interna como externa do seu país.

No passado mês de Fevereiro, por exemplo, durante o Congresso dos Sindicatos Soviéticos, o Sr. Gorbatchev afirmou que a democracia era essencial à URSS a fim de se impedir um retorno à estagnação e aos erros do passado⁴, tendo mesmo adiantado aos sindicalistas presentes para renunciarem ao princípio do nivelamento dos vencimentos a fim de ser possível pagar-se salários mais elevados aos trabalhadores mais produtivos⁵.

Sem margem para dúvida de que tais afirmações demonstram uma abertura sem precedentes na história da União Soviética. Todavia, e não obstante Gorbatchev estar a tentar dinamizar e flexibilizar a vida económica, ele está, sem dúvida alguma, a tornar-se um adversário mais temido em comparação com os seus antecessores⁶.

Daí poder inferir-se que o que se está a passar na URSS não ter necessariamente consequências positivas no que concerne às relações Leste-Oeste, nomeadamente ao nível bilateral entre as duas superpotências. E isto porque Gorbatchev e os seus associados parecem menos inibidos pelo passado e mais empreendedores no que diz respeito ao poder soviético. Sobre esta matéria, Henry Kissinger

³ Entrevista concedida à RTP em 6/3/1987.

⁴ «Le Monde», 26 de Fevereiro de 1987, p. 12.

⁵ Ibid.

⁶ «Newsweek», 2 de Março de 1987, p. 10.

é da seguinte opinião: «They have the intellectual equipment for a far more dynamic foreign policy than their predecessors; these qualities also make them far more formidable adversaries»⁷.

E talvez seja por essa razão que a administração norte-americana tenha que esperar mais algum tempo para saber como há-de reagir a essa mudança na vida política e económica do seu rival.

Até mesmo o famoso dissidente soviético, Andrei Sakharov, recentemente saído do exílio em Gorki, afirmou a um grupo de personalidades que recentemente visitou Moscovo, que acreditava na seriedade do programa de reformas em curso, tendo mesmo referido que não havia escolha e que qualquer outra alternativa seria pior.

No entanto, especialistas como Henry Kissinger são da opinião de que independentemente do que possa vir a acontecer, a União Soviética continuará a ser um país totalitário. É que, no seu entender, o líder soviético procura acima de tudo a produtividade e a tecnologia e não a verdadeira democracia⁸.

Por outro lado, e já no domínio da política exterior, a maior preocupação soviética é, de facto, o SDI (Strategic Defense Initiative). A falta de sucesso na cimeira de Reykjavik deveu-se fundamentalmente a isso. Reagan e Gorbatchev «had already agreed on a 10-Year moratorium on deployment of SDI. But President Reagan refused to accept Gorbatchev's proposition that during the moratorium testing on strategic defense should be restricted to 'laboratories' — that is to say, no field testing would be permitted»⁹.

Para Henry Kissinger, o SDI é uma grande contribuição para a estratégia ocidental, entendendo aquele ex-Secre-

⁷ Ibid.

⁸ Ibid.

⁹ Ibid., p. 12.

tário de Estado que, na sua falta, o Ocidente tem de assentar na teoria da destruição mútua assegurada (MAD), a qual usa a contenção através da devastação de populações civis e alvos industriais.

Porém, e ainda citando Kissinger: «a deeper issue is involved than either negotiating tactics or even military strategy. It goes to the heart of East-West relations. If at a moment of maximum Soviet preoccupation with domestic change the West feels obliged to strike such a disadvantageous bargain, what conceivable incentive exists for further soviet concessions? What will be our negotiating stance after the contemplated agreement is consummated? When will it be possible to achieve a truly balanced agreement or a genuine improvement in global security?»¹⁰.

Contudo, após o recente escândalo de venda de armas ao Irão e ao desvio de fundos para os «contras» da Nicarágua, o problema é muito mais complexo, para além da óbvia questionação da competência de Reagan e da sua condução da política externa norte-americana.

Durante cerca de duas gerações, a liderança americana do ocidente foi inquestionável. Não só tinham os E. U. A. salvo a Europa Ocidental na Segunda Guerra Mundial e a tinham reconstruído através do Plano Marshall, mas a indústria norte-americana dominava o mundo, e o «guarda-chuva» nuclear americano continuava a ser a última defesa do Ocidente. Por outro lado, a liderança soviética permanecia idosa e reaccionária. Agora tudo isso parece ter mudado. Enquanto o escândalo «Irangate» fez com que Ronald Reagan parecesse cada vez mais inapto, muitos europeus, por exemplo, interpretam a abertura de que Gorbachev é o autor, assim como a sua flexibilidade no controle de armamentos, muito ao gosto dos europeus.

É exactamente um pouco de tudo isto que explica o facto de o jornal *Le Monde* referir-se, numa edição recente,

¹⁰ Ibid., p. 13.

ao problema de como se pode ter confiança nos Estados Unidos quando não se sabe quem é que está no poder em Washington¹¹.

Por outro lado, nem todos os dirigentes dos países do Leste europeu vêem com bons olhos a política de abertura em curso na URSS. Por exemplo, na Checoslováquia, alguns dirigentes políticos não parecem estar entusiasmados em pô-la em prática no seu país, nomeadamente o seu líder, Gustav Husak¹².

Na RDA parece passar-se o mesmo. O Sr. Honecker dá a entender que partilha a mesma opinião do líder checoslovaco. Contudo, a iniciativa diplomática soviética tem continuado, através de deslocações de várias personalidades políticas soviéticas ao estrangeiro, como por exemplo a do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Eduard Chevardnadze, a vários países asiáticos e à Austrália, para contactos não só de natureza económica, mas também política e militar.

Da sua agenda de conversações fazia ainda parte o objectivo de garantir aos líderes dos vários países visitados as «mais pacifistas intenções de Moscovo e denunciar a presença militar norte-americana no Japão, nas Filipinas, na Coreia do Sul e na Micronésia como causa única das tensões na área do Pacífico»¹³.

Isto indicia obviamente, que o Pacífico reveste-se de uma importância cada vez maior tanto para a URSS como para os EUA.

Não podemos ignorar o facto de que é na bacia do Pacífico que se está a verificar uma grande concentração industrial, como por exemplo na área dos microcomputadores e outras. Países como os EUA (Silicon Valley, Califórnia), Taiwan, Coreia do Sul, Japão, Singapura, Hong

¹¹ «Newsweek», 9 de Março de 1987, p. 26.

¹² Ibid., p. 30.

¹³ «Expresso», 7 de Março de 1987, p. 12.

Kong, etc., fazem com que essa bacia esteja mesmo a ultrapassar a Europa nesses domínios.

Nessa conjuntura, e agora com a nova proposta soviética de rápida conclusão de um acordo sobre euromísseis, com vista ao seu desmantelamento total num prazo de cinco anos, Mikhail Gorbatchev pôs termo à política do «tudo ou nada» imposta por Moscovo na sequência do fracasso de Reykjavik.

A União Soviética concordou com o princípio de inspeção «in loco» no processo de desmantelamento dos mísseis de médio alcance das duas superpotências bem como a inclusão num futuro acordo de cláusulas respeitantes aos mísseis de curto alcance em território europeu¹⁴.

Ainda é muito cedo, todavia, para se saber se, de facto, chegar-se-á ou não a um acordo. Entretanto, e tal como afirmou o Presidente Reagan numa recente mensagem ao Congresso dos EUA, a redução de armas ou o seu controle é apenas uma das várias áreas na problemática das relações bilaterais entre as duas superpotências.

«Não é possível conseguir-se um progresso fundamental e duradouro apenas numa área das nossas relações sem se verificarem melhorias globais»¹⁵, afirmou Reagan. Para este, uma conduta soviética responsável no estrangeiro, é essencial para que se atinja um ambiente internacional pacífico e revelou mesmo ter insistido com Gorbatchev em Reykjavik na retirada de todas as forças soviéticas do Afeganistão de modo a permitir uma genuína autodeterminação para o povo afegão; para cessar o seu apoio às forças expedicionárias em África; e para promover uma retirada das forças vietnamitas do Cambodja. Caso tais acções não sejam levadas a cabo a União Soviética dificilmente poderá

¹⁴ Ibid.

¹⁵ *U. S. A. Documents*, United States Information Service, Embassy of the USA, Lisbon, n.º 6, 29th January, 1987, p. 2.

esperar ser tratada como um membro respeitável da comunidade internacional, concluiu Reagan¹⁶.

No entanto, um dos maiores obstáculos, no entender do presidente norte-americano, à melhoria das relações Leste-Oeste, e que se encontra de certa forma relacionado com todas as questões da agenda existente, reside na contínua divisão, contra-natura, do continente europeu¹⁷.

Independentemente de ser essa a posição da administração norte-americana, entendemos que esse é um «fait accompli» e que, obviamente, nada poderá fazer para alterar tal facto.

Tal assim é desde o final da Segunda Guerra Mundial, sendo a ameaça mais significativa à segurança e aos interesses dos EUA «The global challenge posed by the Soviet Union, that seeks to alter the existing international system and establish Soviet global hegemony. These long-range Soviet objectives constitute the overall conceptual framework of Soviet foreign and defense policy»¹⁸. No mesmo relatório é referido ainda a relação existente entre a União Soviética e o aumento do terrorismo mundial¹⁹.

Com base no que acaba de ser referido, é lícito concluir-se que independentemente da URSS afirmar que se vive um período de «coexistência pacífica» com os EUA e o Ocidente, este é entendido como uma luta contínua na qual todas as formas de pressão são permitidas à excepção de uma guerra total.

É exactamente nesse contexto que se encontram as relações Leste-Oeste.

Independentemente de haver indícios de uma abertura na URSS, não há sinal nenhum, pelo menos até ao momento,

¹⁶ Ibid.

¹⁷ Ibid.

¹⁸ *National Security Strategy of the United States* (Part Two: Reagan Administration report to Congress), p. 60, U. S. I. S., Embaixada dos E. U. A., Lisboa, 1987.

¹⁹ Ibid., p. 61.

que possa garantir um novo «rapprochement» entre as duas superpotências, originando um período de détente entre elas.

Tal como afirmou o embaixador Kampelman, é necessário esperar-se para ver o rumo que tomarão os acontecimentos.

Por outro lado, e não obstante as filosofias políticas, que caracterizam as superpotências, serem antagónicas, tal facto não implica, porém, que os EUA e a URSS não possam, de facto, chegar a um entendimento e até mesmo a um acordo que venha a normalizar o seu relacionamento bilateral e, por esta forma, tranquilizar o resto da Humanidade.

A «coexistência pacífica» poderá ser de facto pacífica se as duas maiores potências mundiais o quiserem. No entanto, o antagonismo entre as duas é evidente. A falta de confiança que persiste entre os dois sistemas é flagrante e, em nossa opinião, é aqui que reside o maior problema no seu relacionamento.

Gorbachev tem vindo a demonstrar que tenciona aumentar o «degelo» entre o seu país e os EUA, restando-nos perguntar até que ponto conseguirá fazê-lo.

Como foi anteriormente referido, a maioria das personalidades soviéticas com assento no Politburo e no Comité Central do PCUS não partilham, em muitos pontos, do optimismo que parece caracterizar a actuação de Mikhail Gorbachev.

Apesar deste ter vindo a substituir gradualmente algumas delas por elementos mais novos e até, em alguns casos, mais competentes, será que aquele Secretário-Geral conseguirá efectuar as reformas que entende necessárias no âmbito da política interna do seu país?

Quanto a nós é imprescindível poder-se controlar a «vida política interna de um estado para se poder conduzir uma política externa coerente e eficaz.

Aliás, no que concerne aos EUA, a situação também não é a melhor.

O escândalo «Irangate-Contras» parece continuar a ser o «cavalo de batalha» dos últimos meses no âmbito da política interna daquele país, com reflexos óbvios na sua política exterior. E um exemplo disso é que perante um incremento da diplomacia soviética no Pacífico, os EUA não têm tido tempo nem discernimento suficientes para poderem atender conscientemente a esse como a outros aspectos fundamentais da sua política externa.

Como é evidente, o líder soviético só tem a beneficiar com o que se passa a nível interno nos EUA na medida em que as atenções e as energias deste país estão na sua generalidade concentradas no escândalo «Irangate-Contras», facto que pode facilitar a actuação externa da URSS em detrimento da dos EUA.

Porém, independentemente deste aspecto muito importante, Mikhail Gorbachev decidiu aceitar a proposta relacionada com a retirada dos mísseis norte-americanos (Pershing II e Cruise) assim como dos SS-20 soviéticos instalados em vários países da Europa do Leste, nomeadamente na RDA e Checoslováquia.

Até que ponto, no entanto, chegarão as negociações bilaterais entre as duas superpotências é uma incógnita.

Uma nova cimeira entre os líderes das duas superpotências poderia na realidade trazer algo de novo no âmbito da política internacional.

E fazemos esta afirmação porque o problema do armamento nuclear é, de facto, o mais importante que temos na vida internacional. Um conflito entre o Leste e o Ocidente que estivesse na origem de uma guerra nuclear, poria, sem qualquer dúvida, em risco a existência de toda a Humanidade. Daí a importância fundamental que tem a existência do diálogo entre as duas maiores potências mundiais.

Se não fosse o diálogo estabelecido entre o Presidente Kennedy e o líder soviético Kruschchev durante a crise

dos mísseis de Cuba em 1962, poder-se-ia ter chegado a um conflito nuclear entre os EUA e a URSS. Foi talvez a altura em que aqueles dois países estiveram mais próximos de um confronto aberto.

Mikhail Gorbatchev parece disposto a este diálogo com o Ocidente e o que há a fazer é aproveitá-lo.

Nem os norte-americanos nem os soviéticos desejam um conflito entre si. E a prova está à vista. A principal razão que explica a existência de paz na Europa desde o final da Segunda Guerra Mundial é a existência de armas nucleares. Por outro lado, desde essa altura até aos nossos dias já eclodiram mais de 150 conflitos regionais através de todo o mundo.

Todavia, chegar-se a um acordo entre Washington e Moscovo sobre as negociações INF (Intermediate Nuclear Forces) é do interesse das duas superpotências e dos seus líderes.

Para Reagan, assinar o seu primeiro acordo sobre controlo de armamentos com Moscovo seria uma distração bem vinda no que diz respeito ao escândalo Irão-Contras.

Para Gorbatchev, um acordo com os EUA melhoraria a sua imagem e posição políticas e ajudá-lo-ia a criar um ambiente externo favorável à concentração nas suas reformas internas.

No entanto, no que diz respeito aos aliados europeus da NATO, a retirada dos mísseis Cruise e Pershing II dos seus territórios poderá vir a significar uma perda no que concerne especificamente à superioridade soviética no domínio do armamento convencional.

Como é sabido, a base do possível acordo sobre INF foi a opção zero inicialmente proposta pelos EUA em 1981.

Washington havia proposto cancelar a instalação dos euromísseis se Moscovo retirasse ou desmantelasse os seus SS-20, SS-4 e SS-5 que ameaçavam toda a Europa Ocidental.

Se tal acordo se efectivar, os EUA retirariam 108 Pershing II e 208 mísseis de cruzeiro, cada um dos quais

com uma ogiva nuclear. Por seu lado, Moscovo retiraria 922 ogivas nucleares dos seus 270 (com várias ogivas) SS-20s e os seus mais antiquados SS-4s. As forças independentes francesas e britânicas não seriam afectadas.

Por outro lado, no contexto geral da sua política externa, a URSS não está a dar a importância que deu anteriormente a vários países do Terceiro Mundo. Parece mesmo que a União Soviética está a evitar ou a diminuir o seu empenhamento em várias áreas pobres do mundo.

Nos anos 70, por exemplo, Leonid Brejnev podia afirmar que a actuação do seu país no Terceiro Mundo ajudou a consolidar governos pró-soviéticos em Angola, Moçambique, Etiópia, Afeganistão e Nicarágua.

Essas vitórias, porém, saíram muito caras à URSS. E a prova disso está no facto de a sua assistência militar a países como a Etiópia e Moçambique ter diminuído. Por outro lado, em países como as Filipinas e o Paquistão e no que diz respeito à guerra entre o Irão e o Iraque, a URSS não tem feito tudo o que poderia a fim de explorar essas situações em seu benefício²⁰.

Mas, independentemente de ser esta a situação actual no que diz respeito à política externa soviética no Terceiro Mundo, a problemática relacionada com o controlo de armamentos e com os conflitos regionais é que dominará o diálogo soviético-norte-americano nos tempos mais próximos.

Para concluir, gostaríamos que ficasse bem claro o seguinte: a recente abertura que se está a operar na URSS não é, até ao momento, garantia de que, a médio ou a longo prazo, haja uma notória modificação tanto na política interna como na política externa soviéticas.

As características fundamentais da vida na URSS não são susceptíveis de se alterarem rapidamente, não obstante a política adoptada por Mikhail Gorbatchev. O que este líder pretende, em nosso entender, prende-se nomeadamente

²⁰ «Newsweek», 23 de Março de 1987, p. 15.

com a melhoria das condições económicas do seu país e, acima de tudo, tentar chegar a um período de détente com os EUA, com o objectivo de poder consolidar a sua posição interna. Poder-se-ia chegar a isto através da assinatura de um acordo entre as duas superpotências que, como foi referido, tanto seria do agrado dos EUA como da URSS, facto esse que a concretizar-se poderia vir a ter um impacto positivo no que diz respeito ao SDI.

E afirmamos isto porque se tal viesse a acontecer, talvez aumentasse a pressão no Congresso norte-americano para aquele projecto deixar de ser considerado tão importante como a administração norte-americana parece entender ser. E é exactamente essa problemática que constitui a maior preocupação para a URSS. Por seu lado, se um acordo fosse alcançado, a URSS poderia canalizar uma percentagem maior do seu PIB para bens de consumo tão necessários à esmagadora maioria da população soviética.

Os EUA consideram, todavia, que para se chegar a uma situação de desanuviamento, a URSS tem de liberalizar a saída de emigrantes para outros países e ter em maior atenção a problemática relacionada com os direitos humanos.

Mas uma coisa é certa, a URSS de Gorbachev está a sofrer modificações mais ou menos significativas, como por exemplo o facto daquele líder ter afirmado num discurso a jornalistas soviéticos no Comité Central, que não devem existir páginas em branco na História da URSS, acrescentando que os heróis esquecidos da Revolução de 1917 deveriam ser restituídos aos livros de História²¹. Significará isto que Leon Trotsky poderá ocupar o lugar que lhe é devido na História do seu país?

Ainda no âmbito interno, Gorbachev está a tentar criar na URSS o direito do povo poder escolher os seus candidatos nas eleições para os parlamentos locais e nacional.

²¹ «Expresso», 21 de Fevereiro de 1987, p. 12.

Mas mesmo tendo em consideração estas e outras reformas, isto não implica que a União Soviética venha a tornar-se numa democracia do estilo ocidental, mas representam uma ruptura vital com a ditadura e a oligarquia do passado.

Só nos resta esperar que no futuro as relações soviético-norte-americanas possam progredir por forma a dar mais confiança à Humanidade de que um conflito nuclear não possa de facto ter lugar.

Entendemos que o diálogo entre as duas maiores potências do mundo deve continuar por forma a evitar mal entendidos entre elas, que, de outra forma, poderiam ter repercussões inimagináveis*.

B i b l i o g r a f i a

- CALVOCORESSA, Peter — *World Politics since 1945*, 5th edition. Longman Group UK Limited, Essex, 1987.
- CARR, Edward Hallett — *Les conditions de la paix*. Éditions de la Frégate, Genève, 1944.
- DELMAS, Claude — «Des illusions aux réalités», in *L'avenir de l'Alliance Atlantique*. Berger-Levrault, Paris, 1961.
- KENNAN, George F. — *The Nuclear Delusion Soviet-American. Relations in the atomic age*. Pantheon Books, New York, 1983.
- KISSINGER, Henry A. — *The troubled Partnership*. McGraw-Hill Book Company, New York - London - Toronto, 1965.
- ZORGBIBE, Charles — *Les politiques étrangères des grandes puissances*. Presses Universitaires de France, Paris, 1984.

* Nota: Encontrando-se este artigo no prelo, confirmou-se uma das teses que nele vínhamos defendendo. O acordo sobre INF foi assinado pelos líderes das duas maiores potências mundiais, facto que é importante na medida em que pode ser um passo relevante na prossecução do objectivo fundamental da redução das armas nucleares não só na Europa mas no mundo. Esperamos sinceramente que durante o ano de 1988 se possa chegar igualmente a um acordo no que concerne às armas estratégicas intercontinentais.